

Tribuna negra

Discutindo a Democracia Racial

Órgão Informativo da Comissão dos Metalúrgicos do ABC de Combate ao Racismo - Nº 61

A cidade das 100 raças

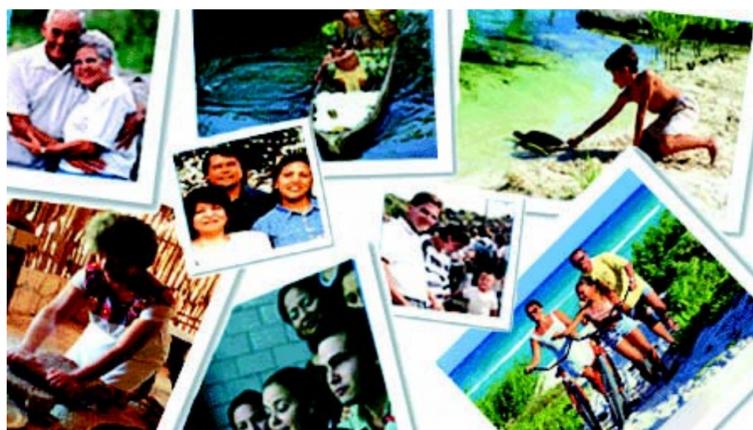
Na capital paulista convivem cerca de cem etnias diferentes

Os imigrantes foram fundamentais para a construção do Brasil como nação e para a formação da cidade de São Paulo. Dos 5,5 milhões de imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1880 e 1980, aproximadamente 2,5 milhões ficaram em São Paulo, o que transformou a cidade em uma vitrine da diversidade racial e cultural. Hoje, segundo levantamento da Agência Brasil, estima-se que existam na capital paulista representantes de cerca de 100 diferentes etnias.

Na época de colônia, o País recebeu portugueses – os pioneiros –

espanhóis, holandeses e franceses, entre outros, que aqui se juntaram à grande população indígena. Além disso, mais de seis milhões de negros foram trazidos à força da África para o trabalho escravo, entre os séculos XVI e XIX.

Alterações sócio-econômicas na Europa do século XIX incentivaram a vinda de inúmeros imigrantes ao Brasil. No século XX, foram as revoluções no Leste Europeu, guerras mundiais, massacres e perseguições políticas, religiosas e étnicas os principais fatores que impulsionaram a imigração.



Mostra traz esplendor da arte africana em São Paulo

Exposição que reúne 150 peças vindas da coleção do Museu Etnológico de Berlim pode ser vistas até o final de março no Centro Cultural Banco do Brasil.

São objetos produzidos em diversas partes daquele continente como esculturas, máscaras, peças de utensílio, instrumentos musicais, adornos, placas, cajados e cerâmicas. Enfim, a pluralidade de uma produção realizada por diferentes culturas, em distintos períodos.

O Centro Cultural Banco do Brasil fica na Rua Álvares Penteado, 112, no Centro Velho, próximo a Pça. da Sé, telefone 3113-3651. A exposição estará aberta de terça a domingo, das 10h às 21h. Grátis.



São Paulo seria outra sem negros e nordestinos

Em 1750, chegam em São Paulo os primeiros negros – vindos do Congo e de Angola – para trabalhar na agricultura. Com a abolição, em 1888, a cidade recebeu negros ex-escravos à procura de emprego. Já os imigrantes europeus começam a chegar em maior número no final do século XIX. Com a eclosão da primeira guerra mundial, começam a vir para São Paulo imigrantes de todos os cantos do mundo.

Apesar da importância das comunidades estrangeiras, Cláudio Pieroni, presidente do Conselho Estadual de Comuni-

dades de Raízes e Culturas Estrangeiras (Conscre) faz questão de destacar a contribuição dos negros e nordestinos em São Paulo. “Em primeiro lugar, os negros – que foram os primeiros imigrantes, ainda que forçados - e contribuíram para o crescimento econômico daqueles séculos. E depois, os nordestinos, migrantes que ajudaram, junto com as comunidades estrangeiras, a construir São Paulo. Não existe uma construção em São Paulo que não tenha a participação da comunidade nordestina”, diz Cláudio Pieroni.



Tribuna Metalúrgica



Nº 1772 - Quarta-feira, 4 de fevereiro de 2004

DECISÃO DO 4º CONGRESSO

Cooperativa de Crédito cresce e se consolida

Mais uma idéia que deu certo!

A Cooperativa de Crédito dos Metalúrgicos do ABC completa hoje seis meses de funcionamento. Nesse pouco tempo, os números indicam o sucesso do empreendimento: são 222 cooperados e 112 operações de empréstimo realizadas. Veja um balanço da Cooperativa na página 3.



PPP

Que bicho é esse?

Conheça o documento implantado pelo INSS que vai acompanhar a sua saúde, vida profissional e ambiente de trabalho. Pág. 2

NOTAS E RECADOS

Chega!

O Bradesco fechou 2003 com lucro líquido de R\$ 2,3 bilhões, resultado 14% superior ao de 2002. Isso tem que acabar.

Criatividade

Manchetes dos principais jornais brasileiros no último dia 29: O Globo: Parmalat do Brasil pede concordata; Extra: Parmalat do Brasil pede concordata; Folha de S. Paulo: Parmalat do Brasil pede concordata; Jornal do Commercio: Parmalat do Brasil pede concordata; Estado de S. Paulo: Parmalat do Brasil pede concordata.

Quanto custa?

"O preço da Justiça está no canhoto do meu talão de cheques". Frase de Sérgio Naya ao ser inocentado pelo desabamento dos edifícios Palace I e II.

Precisa

O caso do desabamento é só para lembrar a necessidade do controle externo do Judiciário defendida por Lula.

Violência

Depois do Diário Oficial publicar e Alckmin confirmar que aumentou em 60% o número de mortos pela PM em relação ao ano passado, a Secretaria da Segurança Pública voltou atrás.

Ah bom!

Agora o crescimento caiu para 40%. O erro ocorreu, segundo a secretaria, porque o número anterior "inclui os civis mortos por PMs em horário de folga".

Tristeza

Mais de 1.000 brasileiros estão presos em cadeias americanas aguardando o fim do processo de deportação. Outros só 1.400 esperam decisão do governo dos EUA para voltar.

Mangels

Reunião na próxima sexta-feira, dia 6, na Sede do Sindicato, para tratar de assuntos internos. Atenção para os horários -

Desde o dia 1º deste ano, os agentes nocivos aos trabalhadores (ruído, produtos químicos, biológicos etc.) passaram a ser classificados pelo PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).

Trata-se de um formulário que trará todas as informações relativas ao empregado e à sua saúde, como por exemplo a atividade que exerce, o agente nocivo ao qual é exposto, a intensidade e a concentração do agente. Também serão descritos exames médicos, clínicos e dados referentes à empresa.

As empresas que exercem atividades que exponham seus empregados a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, deverão preencher o formulário. Isso é necessário para comprovar a efetiva exposição dos trabalhadores a agentes nocivos, para conhecer os ambientes e para o controle da saúde ocupacional de todos os empregados.

Murilo Donizete Vilas Boas, diretor do Sindicato e do CSE na Volks, explica que o PPP vai substituir as informações que antes constavam dos laudos. Ele acrescenta que é um documento privado do trabalhador que ele terá acesso quando for necessário e deverá ser sempre atualizado, como no caso de doença ou de acidente, por exemplo.

Por enquanto, o PPP é um formulário padrão que as empresas terão que preencher. O INSS cuidará da fiscalização. A empresa que não o mantiver atualizado ou preencher com informações que não forem verdadeiras será autuada e pagará multa.

PREVIDÊNCIA

PPP substitui laudos



O PPP terá informações sobre saúde e o ambiente de trabalho

As principais alterações introduzidas com o PPP

- Inicialmente será um formulário padrão que as empresas terão que preencher e manter atualizado só para trabalhadores expostos a agentes nocivos.
- Após implantado em computadores pela Previdência Social, será exigido de todos os segurados e deverá ter também informações sobre fatores de risco ergonômicos e mecânicos.

Vantagens e desvantagens

Vantagens

- O trabalhador saberá e terá informações atualizadas de sua atividade na empresa, sabendo a exposição a qual atividade especial está submetido.

- O trabalhador poderá solicitar cópia do seu PPP e a empresa será obrigada a fornecer. Se sair da empresa, uma cópia autêntica será entregue na rescisão.

- Será registrado no PPP todas as CATs (Comunicação de Acidente no Trabalho) emitidas durante o período em que o trabalhador esti-

ver registrado na empresa. Assim ele poderá recorrer se for demitido, por exemplo.

Desvantagens

- Embora o trabalhador não seja obrigado a mostrar seu PPP em um novo emprego, é bem provável que os Departamentos Pessoais das empresas troquem informações entre si. Desta forma o documento perde seu caráter privado.

- Apesar de ser proibido, as empresas poderão solicitar o PPP para selecionar trabalhadores na admissão.

Contrários

Já existem manifestações de médicos no Brasil para o não preenchimento de determinadas in-

formações, pois consideram que isso coloca em risco o sigilo médico.

AGENDA

pessoal do segundo turno: 10h; pessoal do primeiro turno, 15h; pessoal do administrativo, 18h; pessoal do terceiro turno: qualquer destes horários.

Fergalplast

Reunião na próxima sexta-feira, às 17h30, na Sede do Sindicato, em São Bernardo, para discutir PLR.

COOPERATIVA DE CRÉDITO

Seis meses de sucesso

"Os números da nossa cooperativa de crédito ao completar seis meses mostra que ela veio para ficar", disse José Vitorio Cordeiro Filho, o Zézinho, diretor do Sindicato e administrador da cooperativa.

Ele ressaltou que o total das aplicações mostram que a cooperativa de crédito ganhou sólida credibilidade: "Os companheiros acreditam no projeto de desenvolvermos uma economia solidária junto à categoria".

A cooperativa foi criada no dia 4 de agosto, concretizando decisão do 4º Congresso da categoria. Ela não tem fins lucrativos e seu objetivo é estimular a poupança.

"É trabalhador ajudando trabalhador, e ainda por cima a cooperativa tem mais atrativos que os serviços oferecidos pelo sistema financeiro tradicional", explicou Zezinho.

Na cooperativa, o rendimento da poupança é maior, a taxa de juro é menor, não existe burocracia e os saques podem ser feitos um mês depois da integralização do capital.

Nos últimos meses a cooperativa passou a assinar acordos com empresas para que os trabalhadores possam ter o desconto na folha de pagamento. "A categoria apoiou a iniciativa e agora estamos mostrando na prática que é possível desenvolvermos uma economia solidária", concluiu Zezinho.



Plenária do 4º Congresso que aprovou criação da Cooperativa de Crédito

Fique sócio!

Todo associado do Sindicato pode se tornar sócio da Cooperativa de Crédito. É necessário CIC, carteira de identidade, comprovante de endereço e integralizar uma cota de R\$ 155,00, em até três ve-

zes. O empréstimo sai 30 dias após a integralização da cota.

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 9h30, às 18h30, na Sede do Sindicato, o telefone é 4128-4200, ramal 4240.

Os números da cooperativa de crédito

Cooperados	222
Capital	R\$ 40.193,56
Aplicações em poupança	R\$ 125.315,78
Empréstimos	112
Total emprestado	R\$ 149.858,01
Acordos para desconto de empréstimo em folha	Karmann Ghia, Arteb e Uniforja

LEI DE FALÊNCIAS

Trabalhador pode ficar por último

A CUT vai aumentar a pressão sobre o Senado para mudar o projeto de Lei de Falências, que deverá ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos da Casa ainda durante a convocação extraordinária. "O projeto é um horror", afirmou o presidente da CUT, Luiz Marinho, que se reuniu com o relator da matéria, senador Ramez Tebet (PMDB-MS) na última quinta-feira.

De acordo com Marinho, a pro-

posta não garante a preferência dos créditos trabalhistas em caso de falência de uma empresa. "O projeto privilegia o sistema financeiro em vários artigos. Os bancos foram os ganhadores em tudo", disse. O presidente da CUT entregou ao relator uma pauta na qual pede a inversão dessa ordem, com preferência de pagamento de créditos trabalhistas.

As entidades sindicais estão entre as principais interlocutoras do

Congresso sobre a Lei de Falências. Além delas, atuam também os banqueiros e as entidades empresariais. No setor público, fazem pressão sobre o Legislativo o Banco Central, a Receita Federal e a Justiça trabalhista.

Nesta semana, as entidades sindicais participam de uma audiência pública na CAE. A votação da proposta na Comissão está prevista para o dia 10 de fevereiro.

CONFIRA SEUS DIREITOS

Resultado parcial da reforma sindical

Na primeira etapa de discussões sobre a reforma sindical o maior impasse surgiu na organização no local de trabalho. Esperava-se uma resistência sem precedentes na eliminação do imposto sindical, mas esse ponto, com pequenas diferenças, acabou por ter um consenso entre os lados envolvidos no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), que são os trabalhadores, os empresários e o governo federal.

Conforme já relatamos no primeiro artigo deste ano, as comissões temáticas de negociação coletiva, de solução de conflitos coletivos e de organização sindical estão com os trabalhos bastante avançados. A negociação coletiva será feita pelo sindicato mais representativo, eliminando-se a data base, o que significa um processo de negociação permanente. Será instituído o contrato coletivo de trabalho em todos os níveis, que substituirá o acordo coletivo de trabalho e a convenção coletiva de trabalho.

Como forma de solução de conflitos coletivos destaca-se a possibilidade de arbitragem, privada ou pública. Elimina-se o poder normativo da Justiça do Trabalho, ou seja, o dissídio coletivo econômico, ficando mantida apenas a possibilidade de julgamento de dissídio de natureza jurídica (interpretação de normas coletivas). A greve não mais poderá ser declarada abusiva e apenas os atos anti-sindicais serão levados ao Judiciário.

Em três anos, os sindicatos atuais terão que se adaptar ao novo modelo de organização sindical. Para obter o direito de ser o representante da categoria (agora definida por ramo de produção ou atividade preponderante), o sindicato deverá se enquadrar num estatuto padrão. Deverá, ainda, comprovar ter um mínimo de 22% de filiados na base. Elimina-se o imposto sindical (naquele prazo de três anos), assim como as contribuições confederativa e assistencial. Permanece a contribuição associativa para os sócios e cria-se a contribuição negocial (oriunda da negociação coletiva) para todos, com limite de até 12% ao ano. As centrais sindicais passam a ser reconhecidas e também terão que cumprir critérios de representatividade. Abordaremos cada ponto de forma individual mais à frente.

Departamento Jurídico